

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2019  
com Relatório do Auditor Independente

# **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

## **Demonstrações contábeis regulatórias**

31 de dezembro de 2019

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial .....	5
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	11

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Ao  
Conselho de Administração e Acionistas da  
**Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa Nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfases**

### **Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa número 2.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Arcoverde Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

### **Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 2.4, em decorrência da reconciliação de determinados saldos contábeis, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluindo os respectivos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2018, apresentados para fins de comparação foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos**

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre a qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2020.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

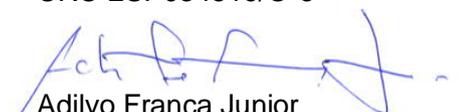
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior  
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b> <b>(reapresentado)</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	<b>5.237</b>	15.424
Concessionárias e permissionárias	7	<b>2.570</b>	-
Tributos compensáveis	8	<b>2.168</b>	5
Despesas pagas antecipadamente		<b>191</b>	231
Outros ativos		<b>69</b>	738
Total do ativo circulante		<b>10.235</b>	16.398
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	9	<b>2.909</b>	-
Despesas pagas antecipadamente		<b>137</b>	244
Tributos diferidos	10.a	<b>5.289</b>	1.416
Depósitos judiciais e cauções		-	39
		<b>8.335</b>	1.699
Imobilizado	11	<b>200.448</b>	155.220
Intangível	12	<b>1.982</b>	1.395
		<b>202.430</b>	156.615
Total do ativo não circulante		<b>210.765</b>	158.314
Total do ativo		<b>221.000</b>	174.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

	<b>Nota</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b> <b>(reapresentado)</b>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	<b>265</b>	38.915
Obrigações sociais e trabalhistas		-	2.093
Tributos e contribuições sociais	14	<b>76</b>	2.087
Encargos setoriais	15	<b>187</b>	-
Empréstimos e debêntures	16	<b>3.777</b>	68.900
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		<b>3.381</b>	-
Outros passivos		<b>5</b>	-
Total do passivo circulante		<b>7.691</b>	111.995
Não circulante			
Empréstimos e debêntures	16	<b>156.890</b>	-
Obrigações vinculadas a concessão	11	<b>15.692</b>	-
Total do passivo não circulante		<b>172.582</b>	-
Patrimônio líquido			
Capital social	17.a	<b>65.070</b>	65.000
Reservas de lucros	17.b	<b>6.539</b>	13.685
Prejuízos acumulados	17.c	<b>(30.882)</b>	(15.968)
Total do patrimônio líquido		<b>40.727</b>	62.717
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>221.000</b>	174.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018 (reapresentado)
Operações em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão		<b>18.402</b>	-
		<b>18.402</b>	-
Tributos			
PIS-PASEP		<b>(35)</b>	-
COFINS		<b>(156)</b>	-
		<b>(191)</b>	-
Encargos			
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE		<b>(36)</b>	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		<b>(180)</b>	-
		<b>(216)</b>	-
Receita líquida	18	<b>17.995</b>	-
Custos gerenciáveis			
Pessoal e encargos		<b>(1.675)</b>	(320)
Serviços de terceiros		<b>(2.446)</b>	(326)
Depreciação e amortização		<b>(3.814)</b>	-
Materiais		<b>(347)</b>	(175)
Seguros		<b>(308)</b>	(100)
Arrendamento e aluguéis		<b>(337)</b>	(99)
Tributos		<b>(141)</b>	(21)
Gastos diversos		<b>(1.052)</b>	(288)
		<b>(10.120)</b>	(1.329)
Resultado da atividade		<b>7.875</b>	(1.329)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	<b>986</b>	201
Despesas financeiras	19	<b>(13.746)</b>	(2.571)
		<b>(12.760)</b>	(2.370)
Resultado antes dos tributos		<b>(4.885)</b>	(3.699)
Tributos diferidos	10.b	<b>3.785</b>	1.416
Resultado do exercício		<b>(1.100)</b>	(2.283)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		(reapresentado)
Resultado do exercício	<b>(1.100)</b>	(2.283)
Total de resultados abrangentes	<b><u>(1.100)</u></b>	<u>(2.283)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1	(1)	-	7	(7)	-
Integralização de capital	-	1	-	-	-	1
Absorção de reservas de lucros	-	-	-	(7)	7	-
Aumento de capital conforme AGE de 31 de julho de 2018	8.500	-	-	-	-	8.493
Aumento de capital conforme AGE de 31 de outubro de 2018	40.960	-	-	-	-	40.960
Aumento de capital conforme AGE de 13 de novembro de 2018	15.539	-	-	-	-	15.539
Resultado do exercício	-	-	-	-	(2.283)	(2.283)
Constituição da reserva legal societário	-	-	1.965	-	(1.965)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros societário	-	-	-	11.720	(11.720)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	65.000	-	1.965	11.720	(15.968)	62.717
Aumento de capital conforme AGE de 28 de junho de 2019	<b>70</b>	-	-	-	-	<b>70</b>
Resultado do exercício	-	-	-	-	(1.100)	(1.100)
Dividendos distribuídos sobre resultado societário	-	-	-	(11.720)	(5.280)	(17.000)
Juros sobre capital próprio distribuídos sobre resultado societário	-	-	-	-	(3.866)	(3.866)
Dividendos mínimos obrigatórios societário	-	-	-	-	(94)	(94)
Constituição da reserva legal societário	-	-	498	-	(498)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros societário	-	-	-	4.077	(4.077)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<b>65.070</b>	-	<b>2.462</b>	<b>4.077</b>	<b>(30.882)</b>	<b>40.727</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

### Demonstração do fluxo de caixa

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
		<b>(reapresentado)</b>
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	<b>(1.100)</b>	(2.283)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	<b>3.814</b>	-
Tributos diferidos	<b>(3.785)</b>	(1.416)
Baixa do imobilizado e intangível	<b>1.365</b>	-
Juros, variações monetárias e apropriação de debêntures sobre empréstimos e debêntures	<b>13.464</b>	488
Outros	<b>(87)</b>	265
Aumento (diminuição) nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	<b>(2.570)</b>	-
Outros ativos	<b>669</b>	(738)
Tributos compensáveis	<b>(2.163)</b>	(5)
Despesas pagas antecipadamente	<b>147</b>	(30)
Cauções e depósitos judiciais	<b>39</b>	(39)
Aumento (diminuição) nos passivos		
Fornecedores	<b>(38.650)</b>	38.252
Tributos e contribuições sociais	<b>(2.011)</b>	2.478
Encargos setoriais	<b>187</b>	-
Obrigações sociais e trabalhistas	<b>(2.093)</b>	1.457
Outras contas apagar	<b>6</b>	-
Imposto de renda pago sobre JSCP	<b>(580)</b>	-
Fluxo caixa consumido pelas atividades operacionais	<b>(33.348)</b>	38.429
Atividades de investimento		
Imobilizado	<b>(35.281)</b>	(144.293)
Intangível	<b>(22)</b>	(1.395)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<b>(35.303)</b>	(145.688)
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	<b>(17.000)</b>	-
Aumento de capital	<b>70</b>	65.000
Captação de empréstimos, e debêntures líquidos do custo de emissão	<b>217.577</b>	83.418
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>(130.000)</b>	-
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>(9.274)</b>	(27.343)
Títulos e valores mobiliários - conta reserva	<b>(2.909)</b>	-
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de financiamento	<b>58.464</b>	121.075
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	<b>(10.187)</b>	13.816
Caixa e equivalentes de caixa 1º de janeiro	<b>15.424</b>	1.608
Caixa e equivalentes de caixa 31 de dezembro	<b>5.237</b>	15.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

#### **1.1. Objeto social**

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia.

#### **1.2. Concessão**

Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 005/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 35/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Pernambuco:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50 km;
- (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km;
- (iii) Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA;
- (iv) Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### **1.2. Concessão--Continuação**

- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

#### **1.3. Receita Anual Permitida - RAP**

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$ 24.600, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

#### **1.4. Encargos regulamentares**

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

#### **2.1. Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e orientações do Despacho nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016 da ANEEL.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 24 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

#### Aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 30 abril de 2020.

#### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações regulatórias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

#### **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações regulatórias requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação**

#### **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação**

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição do tributo diferido (nota 10)

#### **2.4. Reapresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

Os valores correspondentes do balanço patrimonial e demonstração do resultado, referente ao exercício findo em 31 de exercício de 2018, apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias para fins de comparação, estão sendo reapresentados, como resultado desse processo, a companhia procedeu com os ajustes retrospectivamente até a data mais antiga, considerando os ajustes iniciais em 1º de janeiro de 2018.

As mudanças efetuadas que resultaram em ajustes estão resumidas a seguir:

- (i) A Companhia revisou procedimentos fiscais em 2019, passando a apurar tributos diferidos ativos. Para fins de comparabilidade e consistência com o exercício anterior, estendeu esta revisão ao exercício de 2018.
- (ii) Em 31 de março de 2019 houve a baixa de provisões em decorrência das emissões das notas fiscais, que impactaram as rubricas de fornecedores e despesas gerais e administrativas e, conseqüentemente, o ativo imobilizado.
- (iii) Para fins de equalização com a contabilidade societária incluiu contas de reserva legal, reserva de retenção de lucros, provenientes da contabilidade societária, em contrapartida ao prejuízo acumulado.
- (iv) Reclassificação entre contas para melhor adequação contábil.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

### 2.4. Reapresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

<b>Balço patrimonial</b>		<b>Publicado 2018</b>	<b>Impactos da alteração de premissas e política contábil</b>	<b>Reapresentado 2018</b>
<b>Ativo</b>				
Impostos diferidos	(i)	-	1.416	1.416
Imobilizado	(ii)	165.458	(10.238)	155.220
Ativos não impactados		18.076	-	18.076
<b>Total do ativo</b>		<b>183.534</b>	<b>(8.822)</b>	<b>174.712</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	(ii)	49.854	(10.939)	38.915
Tributos e contribuições sociais	(iv)	2.674	(587)	2.087
Obrigações sociais e trabalhistas	(iv)	1.507	586	2.093
Passivos não impactados		68.900	-	68.900
<b>Total do passivo</b>		<b>122.935</b>	<b>(10.940)</b>	<b>111.995</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Prejuízos acumulados	(i, ii, iii)	(4.401)	(11.567)	(15.968)
Reserva de lucros	(iii)	-	13.685	13.685
Itens não impactados		65.000	-	65.000
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>60.599</b>	<b>2.118</b>	<b>62.717</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>183.534</b>	<b>(8.822)</b>	<b>174.712</b>
<b>Demonstração de resultado</b>		<b>Publicado 2018</b>	<b>Impactos da alteração de premissas e política contábil</b>	<b>Reapresentado 2018</b>
<b>Custos gerenciáveis</b>				
Pessoal e encargos		(612)	292	(320)
Serviços de terceiros		(160)	(166)	(326)
Materiais		(330)	155	(175)
Seguros		(350)	250	(100)
Arrendamento e aluguéis		(46)	(53)	(99)
Tributos		(323)	302	(21)
Gastos diversos		(210)	(78)	(288)
		(2.031)	702	(1.329)
<b>Resultado da atividade</b>		<b>(2.031)</b>	<b>702</b>	<b>(1.329)</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras		201	-	201
Despesas financeiras		(2.571)	-	(2.571)
		(2.370)	-	(2.370)
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>(4.401)</b>	<b>702</b>	<b>(3.699)</b>
Tributos diferidos		-	1.416	1.416
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(4.401)</b>	<b>2.118</b>	<b>(2.283)</b>

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

#### 2.4. Reapresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

Demonstração da mutação do patrimônio líquido		Total	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 (originalmente apresentado)		60.599	
Efeitos da reapresentação no resultado do exercício		2.118	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)</b>		<b>62.717</b>	

Demonstração do fluxo de caixa	Publicado 2018	Impactos da alteração de premissas e política contábil	2018 (reapresentado)
Atividades operacionais			
<b>Resultado do exercício</b>	(4.401)	2.118	(2.283)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>			
Tributos diferidos	-	(1.416)	(1.416)
Outros ajustes	-	265	265
Cauções e depósitos judiciais	39	(78)	(39)
Fornecedores	49.842	(11.590)	38.252
Juros pagos	(1.345)	1.345	-
Tributos e contribuições sociais	2.496	(18)	2.478
Obrigações sociais e trabalhistas	955	502	1.457
Itens não impactados	(285)	-	(285)
<b>Fluxo caixa consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>47.301</b>	<b>(8.872)</b>	<b>38.409</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Imobilizado	(154.511)	10.218	(144.293)
Intangível	(1.395)	-	(1.395)
<b>Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(155.906)</b>	<b>10.218</b>	<b>(145.688)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(25.997)	(1.346)	(27.343)
Itens não impactados	148.418	-	148.418
<b>Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento</b>	<b>122.421</b>	<b>(1.346)</b>	<b>121.075</b>
<b>Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>13.816</b>	<b>-</b>	<b>13.816</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro</b>	<b>1.608</b>	<b>-</b>	<b>1.608</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>15.424</b>	<b>-</b>	<b>15.424</b>

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis

#### 3.1. Instrumentos financeiros

##### a) Ativos financeiros

##### i) *Classificação e mensuração*

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### 3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### i) *Classificação e mensuração*--Continuação

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, e serão incluídos em rubrica denominada “Outros ganhos e perdas”, quando aplicável, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.1. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### a) Ativos financeiros--Continuação

##### i) *Classificação e mensuração--Continuação*

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2019, não há ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria.

##### b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2019, não há passivos financeiros da Companhia classificados nesta categoria.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.2. Caixa e equivalente de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### **3.3. Imobilizado em serviço e em curso**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil residual do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Materiais em depósito, quando os bens não necessitarem de recuperação e se tratarem de unidades de adição e retirada, vinculados ou não a um projeto são considerados como imobilizado em curso.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.4. Intangível**

É avaliado com vida útil definida, mensurado ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos de concessão, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

#### **3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **3.6. Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

#### **3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.8. Dividendos**

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

#### **3.9. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

#### **3.10. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### **3.11. Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente à transmissão de energia é reconhecida no momento em que o NOS apura os valores que a Companhia tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

#### **3.12. Despesas operacionais**

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Principais práticas contábeis--Continuação**

#### **3.13. Imposto de renda e contribuição social**

##### Correntes

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes.

##### Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

#### **3.14. Impostos sobre a receita**

##### a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Pronunciamentos vigentes não adotados pelo Regulador**

#### **4.1. CPC 47 - Receita de Contratos com clientes**

O CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes estabelece um novo modelo para reconhecimentos de receitas, composto por cinco passos, que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo o CPC 47 / IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de serviços a um cliente.

A Administração da Companhia aguarda o pronunciamento do Regulador para adotar nas demonstrações contábeis regulatórias.

#### **4.2. CPC 48 - Instrumentos financeiros**

A norma introduz novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) e contabilidade de hedge. Pela nova norma será permitido apenas o reconhecimento de ganho e perda em outros resultados abrangentes em algumas circunstâncias e o ganho e a perda de alguns instrumentos com fluxo de caixa com características específicas não são transferidos posteriormente para o resultado.

A Administração da Companhia aguarda o pronunciamento do Regulador para adotar nas demonstrações contábeis regulatórias.

#### **4.3. CPC 06 - Arrendamento mercantil**

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A Administração da Companhia aguarda o pronunciamento do Regulador para adotar nas demonstrações contábeis regulatórias.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **4. Pronunciamentos vigentes não adotados pelo Regulador--Continuação**

#### **4.4. ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro**

Essa interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

A Administração da Companhia aguarda o pronunciamento do Regulador para adotar nas demonstrações contábeis regulatórias.

### **5. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis regulatórias (a partir de 1º de janeiro de 2020), sendo que a Companhia não os adotou de forma antecipada:

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a “Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro” (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatórios financeiros, dentre as diversas alterações requeridas pelo pronunciamento em questão, os seguintes aspectos foram alterados: (i) conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites; (ii) clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos; (iii) define critérios para a inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento); (iv) base de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e (v) determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019--Continuação

As alterações realizadas visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações financeiras e as informações divulgadas. As alterações não resultarão em mudanças significativas nas demonstrações da Companhia.

A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras e conseqüentemente as demonstrações contábeis regulatórias

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Bancos	1.338	-
Aplicações financeiras	3.899	15.424
	<u>5.237</u>	<u>15.424</u>

Equivalentes de caixa estão mensurados pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas pelo CDI, cuja rentabilidade em 2019 foi R\$ 972 e 2018 foi R\$ 203.

### 7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Concessionária e permissionária (a)	2.570	-
	<u>2.570</u>	<u>-</u>

(a) A companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação em maio de 2019, com isso iniciou ciclo de recebimento das contraprestações pela disponibilidade da rede. O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP do mês de dezembro somado a parcela a vencer referente ao mês de novembro.

### 8. Tributos compensáveis

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Tributos retidos sobre faturamento	95	-
Imposto de renda - aplicações financeiras	243	1
PIS e COFINS a recuperar	85	-
ICMS a recuperar (a)	1.745	4
	<u>2.168</u>	<u>5</u>

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Tributos compensáveis--Continuação

- (a) Entre os meses de agosto a outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos em duplicidade ao Estado do Pernambuco referente a notas fiscais de remessa de material. A Companhia ingressou com processo administrativo, solicitando restituição do valor recolhido em duplicidade de R\$ 1.745. Em fevereiro de 2019 o Estado do Pernambuco deferiu o processo, mediante escrituração do valor como crédito fiscal.

### 9. Títulos e valores mobiliários

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações financeiras - conta reserva	<u>2.909</u>	-
	<u>2.909</u>	-

As aplicações em conta reserva, referem-se ao contrato de financiamento junto ao BNB, cuja finalidade é cobrir principal, juros e outros custos relacionados ao contrato. O saldo mínimo que deve ser mantido em reserva corresponde a 2,59% do valor efetivamente desembolsado. Até 31 de dezembro de 2019 o montante desembolsado foi R\$ 110.891.

### 10. Tributos diferidos

- a) Composição dos tributos diferidos da Companhia

	<u>Aditivo</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>(reapresentado)</u>	
<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>4.604</b>	-
<b>Diferenças temporárias</b>		
Despesas pré-operacionais	10.468	3.699
Diferenças temporárias (outras despesas não dedutíveis)	483	465
<b>Base diferido</b>	<b>15.555</b>	4.164
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>5.289</b>	1.416

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas mensais e no prazo mínimo de 5 (cinco) anos, a partir do início das operações.

A estimativa da companhia é de compensação do prejuízo fiscal é a partir do exercício de 2023, quando da entrada em operação até o exercício a findar-se em 2048, término da concessão.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Tributos diferidos--Continuação

b) Conciliação das despesas tributárias com as alíquotas oficiais:

	2019	2018
	(reapresentado)	
Resultado antes dos tributos	(4.885)	(3.699)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	1.661	1.258
Diferenças permanentes	2.124	158
Tributos diferidos	3.785	1.416
Alíquota efetiva	44%	38%

### 11. Ativo imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção.

a) Composição

		2019		2018	
	Taxa média de depreciação (% a.a)	Custo corrigido	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
		(reapresentado)			
<b>Transmissão</b>					
<b>Em serviço</b>					
Terrenos	-	248	-	248	-
Edificações e obras civis	3,39%	10.261	(218)	10.043	-
Máquinas equipamentos	3,14%	192.992	(3.648)	189.344	-
Móveis e utensílios	6,25%	17	(1)	16	-
		203.518	(3.867)	199.651	-
<b>Em curso</b>					
Material em depósito	-	733	-	733	-
Depósitos judiciais	-	64	-	64	-
Terrenos	-	-	-	-	132
Edificações e obras civis	-	-	-	-	108.745
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	3.505
A ratear	-	-	-	-	24.658
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	18.180
		797	-	797	155.220
		204.315	(3.867)	200.448	155.220

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Ativo imobilizado--Continuação

b) Composição das adições ao ativo imobilizado

	<b>Materiais e equipamentos</b>	<b>Serviços de terceiros</b>	<b>Outros gastos</b>	<b>Total</b>
Terrenos	-	-	64	64
Edificações e obras civis	-	24.424	-	24.424
Máquinas e equipamentos	2.585	-	-	2.585
A ratear	-	5.921	2.196	8.117
<b>Total das adições</b>	<b>2.585</b>	<b>30.345</b>	<b>2.260</b>	<b>35.190</b>

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Ativo imobilizado--Continuação

#### c) Movimentação do ativo imobilizado

	Custo em 31/12/2018 (reapresentado)	Adições	Reclassificações	Transferências	Baixas	Custo em 31/12/2019	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2019
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>								
<u>Transmissão</u>								
Terrenos	-	-	-	248	-	-	-	248
Edificações e obras civis	-	100	-	10.161	-	-	(218)	10.043
Máquinas equipamentos	-	15.497	-	177.495	-	-	(3.648)	189.344
Móveis e utensílios	-	-	-	17	-	-	(1)	16
	-	15.597	-	187.921	-	-	(3.867)	199.651
<u>Administração</u>								
Móveis e utensílios	-	-	-	5	(5)	-	-	-
Máquinas equipamentos	-	-	-	88	(65)	-	(23)	-
	-	-	-	93	(70)	-	(23)	-
<b>Ativo imobilizado em curso</b>								
<u>Transmissão</u>								
Terrenos	132	64	116	(248)	-	64	-	64
Edificações e obras civis	108.745	24.424	(123.008)	(10.161)	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	3.505	2.585	172.226	(177.583)	-	733	-	733
A ratear	24.658	8.113	(32.771)	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	5	17	(22)	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	18.180	-	(16.955)	-	(1.225)	-	-	-
	155.220	35.191	(375)	(188.014)	(1.225)	797	-	797
<b>Total do ativo imobilizado</b>	155.220	50.788	(375)	-	(1.295)	797	(3.890)	200.448

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Ativo imobilizado--Continuação

#### c) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

	<b>Custo em 31/12/2018 (reapresentado)</b>	<b>Adições</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixas</b>	<b>Custo em 31/12/2019</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
<b>Obrigações vinculadas a concessão Em Serviço</b>								
Edificações e obras civis	-	(100)	-	-	-	-	1	(99)
Máquinas equipamentos	-	(15.497)	-	-	-	-	91	(15.406)
Servidões	-	(187)	-	-	-	-	-	(187)
	-	(15.784)	-	-	-	-	92	(15.692)
<b>Total das obrigações vinculadas a concessão</b>	-	(15.784)	-	-	-	-	92	(15.692)

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Os valores apresentados como reclassificações são oriundos do trabalho de unitização efetuado após o término da fase de construção e de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Intangível

Os ativos que compõem o intangível estão registrados ao custo de aquisição ou construção.

a) Composição

	<u>2019</u>	<u>2018 (reapresentado)</u>
	<u>Saldo</u>	<u>Saldo</u>
<b>Ativo intangível em serviço</b>		
<b>Transmissão</b>		
Servidões	1.972	-
	<u>1.972</u>	<u>-</u>
<b>Ativo intangível em curso</b>		
<b>Transmissão</b>		
Servidões	-	1.330
	<u>-</u>	<u>1.330</u>
<b>Administração</b>		
Softwares	10	65
	<u>10</u>	<u>65</u>
	<u>10</u>	<u>1.395</u>
	<u>1.982</u>	<u>1.395</u>

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Intangível--Continuação

#### b) Movimentação

	<b>Custo em 31/12/2018 (reapresentado)</b>	<b>Adições</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
<b>Ativo intangível em serviço</b>							
<u>Transmissão</u>							
Servidões	-	-	-	1.972	-	-	1.972
	-	-	-	1.972	-	-	1.972
<u>Administração</u>							
Software	-	-	-	86	(70)	(16)	-
	-	-	-	86	(70)	(16)	-
<b>Ativo intangível em curso</b>							
<u>Transmissão</u>							
Servidões	1.330	277	375	(1.972)	-	-	10
	1.330	277	375	(1.972)	-	-	10
<u>Administração</u>							
Software	65	22	-	(86)	-	-	-
	1.395	299	375	(2.058)	-	-	10
<b>Total do Intangível</b>	<b>1.395</b>	<b>299</b>	<b>375</b>	<b>-</b>	<b>(70)</b>	<b>(16)</b>	<b>1.982</b>

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (reapresentado)
Fornecedores	265	36.727
Materiais e serviços não faturados	-	2.188
	<u>265</u>	<u>38.915</u>

O montante de R\$ 265 apresentado na rubrica fornecedores (R\$ 38.915 em 31 de dezembro de 2018) corresponde substancialmente à serviços prestados bem como fornecimento de insumos inerente a implementação da infraestrutura. Devido a conclusão do projeto o houve redução dos valores.

### 14. Tributos e contribuições sociais

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (reapresentado)
Contribuição social	-	21
Imposto de renda retido na fonte	3	23
ISS	3	786
INSS	20	1.002
PIS e COFINS	26	7
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	24	248
	<u>76</u>	<u>2.087</u>

A redução no saldo apresentado de tributos e contribuições a pagar refere-se substancialmente a redução de contratação de serviços de terceiros passíveis de retenção na fonte, decorrente da conclusão da implementação da infraestrutura.

### 15. Encargos setoriais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Taxa de fiscalização (TFSEE)	6	-
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	181	-
	<u>187</u>	<u>-</u>

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Empréstimos e debêntures

a) Os empréstimos e debêntures são compostos da seguinte forma:

<b>Credor</b>	<b>Encargos</b>	<b>Data final</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
1º Emissão de debêntures (a)	CDI + 2,85%	31/05/2020	-	68.900
2º Emissão de debêntures (b)	IPCA + 5,02%	15/07/2042	<b>51.901</b>	-
Financiamento BNB (c)	IPCA + 1,46%	15/12/2038	<b>108.766</b>	-
			<b>160.667</b>	<b>68.900</b>
Circulante			<b>3.777</b>	68.900
Não circulante			<b>156.890</b>	-
<b>Total</b>			<b>160.667</b>	<b>68.900</b>

b) Movimentação dos empréstimos e debêntures

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo inicial	<b>68.900</b>	12.336
Empréstimo com partes relacionadas	-	13.418
Empréstimos BNB (c)	<b>110.891</b>	-
Emissão de debêntures (a) e (b)	<b>112.000</b>	70.000
Custo de emissão de debêntures	<b>(5.314)</b>	-
Amortização do custo de emissão	<b>2.653</b>	-
Juros provisionados	<b>10.231</b>	488
Atualização monetária de principal	<b>580</b>	-
Pagamento de principal - debêntures	<b>(130.000)</b>	-
Pagamento de juros - debêntures	<b>(8.501)</b>	-
Pagamento de juros - Empréstimo BNB	<b>(773)</b>	-
Pagamento de principal e juros (partes relacionadas)	-	(27.342)
	<b>160.667</b>	<b>68.900</b>

(a) A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, em 14 de novembro de 2018, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, como vencimento e quitação para 14 de maio de 2020 remunerada a taxa DI + 2,85%.

(b) Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196%.

(c) A Companhia realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138%, com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Empréstimos e debêntures--Continuação

#### b) Movimentação dos empréstimos e debêntures--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*). Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020	73.317	68.900
2021	2.334	-
2022	3.922	-
2023	4.297	-
2024	4.766	-
2025	5.295	-
2025 a 2042	66.736	-
	<u>160.667</u>	<u>68.900</u>

### 17. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 28 de junho de 2019 houve aporte de R\$70, mediante a emissão de 70 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de um real (R\$1) cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.

Em 14 de outubro de 2019 a Companhia efetuou pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 17.000, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em outubro de 2019.

Em 01 de outubro de 2019 a Companhia constituiu JSCP no montante de R\$ 3.886, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$65.070 (R\$65.000 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 65.070.000 (65.000.000 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de um real (R\$1) cada.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Patrimônio líquido--Continuação

#### b) Reservas de lucro

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (reapresentado)
Reserva legal (i)	2.462	1.965
Reservas de retenção de lucros (ii)	4.077	11.720
<b>Total das reservas</b>	<b>6.539</b>	<b>13.685</b>

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação.

(ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A Administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva.

#### c) Prejuízo acumulado

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (reapresentado)
<b>Saldo anterior</b>	<b>(15.968)</b>	-
Resultado do exercício	(1.100)	(2.283)
Equalização do resultado societário/regulatório		
Dividendos distribuídos, societário	(5.280)	-
Juros sobre capital próprio, societário	(3.866)	-
Constituição de dividendos societário	(94)	-
Constituição de reserva legal societária	(498)	(1.965)
Constituição de reserva de retenção de lucros societária	(4.077)	(11.720)
<b>Saldo atual</b>	<b>(30.882)</b>	<b>(15.968)</b>

### 18. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	<b>18.402</b>	-
Programa de Integração Social - PIS	(35)	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(156)	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(180)	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(36)	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>17.995</b>	-

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Resultado financeiro

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	<b>973</b>	188
Descontos obtidos	<b>13</b>	13
	<b>986</b>	201
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures (14b)	<b>(10.810)</b>	(2.176)
Amortização dos custos de empréstimos e debêntures (14b)	<b>(2.653)</b>	(252)
IOF	<b>(62)</b>	(8)
Outros	<b>(221)</b>	(135)
	<b>(13.746)</b>	(2.571)
	<b>(12.760)</b>	(2.370)

### 20. Seguros

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$224.674, com vigência de 02 de agosto de 2017 até 08 de maio de 2022 com a Axa seguros.

### 21. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2, em conformidade com a orientação do CPC 46 - Mensuração do valor justo, e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

#### 21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado</b>	<b>Nível</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Títulos e valores mobiliários	2	<b>2.909</b>	-
Aplicações financeiras	2	<b>3.899</b>	-
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nível</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2	<b>1.338</b>	15.424
Concessionárias e permissionárias	2	<b>2.570</b>	-
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nível</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Empréstimos e financiamentos	2	<b>160.667</b>	68.900
Fornecedores	2	<b>265</b>	38.915

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **21. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### **21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação**

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

### **22. Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

b) Riscos de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **22. Gestão de risco--Continuação**

#### d) Risco de liquidez--Continuação

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

### **23. Gestão do capital**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

#### **23.1. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Gestão do capital--Continuação

#### 23.1. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

Balanço patrimonial	2019			2018 (reapresentado)		
	Regulatório	Ajustes CPC's	Societário	Regulatório	Ajustes CPC's	Societário
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5.237	-	5.237	15.424	-	15.424
Concessionárias e permissionárias	2.570	-	2.570	-	-	-
Ativos de concessão	-	27.768	27.768	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	191	-	191	231	-	231
Tributos compensáveis	2.168	-	2.168	5	-	5
Outros ativos	69	-	69	738	-	738
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>10.235</b>	<b>27.768</b>	<b>38.003</b>	<b>16.398</b>	<b>-</b>	<b>16.398</b>
<b>Não circulante</b>						
Títulos e valores mobiliários	2.909	-	2.909	-	-	-
Ativos de concessão	-	234.917	234.917	-	178.997	178.997
Despesas pagas antecipadamente	137	-	137	244	-	244
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	18.179	18.179
Depósitos e cauções	-	-	-	39	-	39
Tributos diferidos	5.289	(5.289)	-	1.416	(1.416)	-
Imobilizado	200.448	(200.448)	-	155.220	(155.140)	80
Intangível	1.982	(1.982)	-	1.395	(1.330)	65
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>210.765</b>	<b>27.198</b>	<b>237.963</b>	<b>158.314</b>	<b>39.290</b>	<b>197.604</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>221.000</b>	<b>54.966</b>	<b>275.966</b>	<b>174.712</b>	<b>39.290</b>	<b>214.002</b>

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Gestão do capital--Continuação

#### 23.1. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

Balanço patrimonial	2019			2018 (reapresentado)		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	265	-	265	38.915	-	38.915
Empréstimos e financiamentos	3.777	-	3.777	68.900	-	68.900
Tributos e contribuições sociais	76	-	76	2.087	-	2.087
Tributos diferidos	-	2.568	2.568	-	-	-
Salários e encargos sociais	-	-	-	2.093	-	2.093
Encargos setoriais	187	-	187	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	3.381	-	3.381	-	-	-
Outros passivos	5	-	5	-	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>7.691</b>	<b>2.568</b>	<b>10.259</b>	111.995	-	111.995
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e debêntures	156.890	-	156.890	-	-	-
Tributos diferidos	-	37.208	37.208	-	23.322	23.322
Obrigações vinculadas a concessão	15.692	(15.692)	-	-	-	-
	<b>172.582</b>	<b>21.516</b>	<b>194.098</b>	-	23.322	23.322
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	65.070	-	65.070	65.000	-	65.000
Reserva de lucros	6.539	-	6.539	13.685	-	13.685
Prejuízos acumulados	(30.882)	14.915	-	(15.968)	14.850	-
	<b>40.727</b>	<b>14.915</b>	<b>71.609</b>	62.717	14.850	78.685
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>221.000</b>	<b>38.999</b>	<b>275.966</b>	174.712	38.172	214.002

## Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Gestão do capital--Continuação

#### 23.1. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

Demonstração do resultado	2019			2018 (reapresentado)		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em continuidade</b>						
Receita operacional	18.402	83.224	101.626	-	173.766	173.765
	18.402	83.224	101.626	-	173.766	173.765
<b>Tributos</b>						
PIS	(35)	(1.904)	(1.939)	-	(2.866)	(2.866)
COFINS	(156)	(8.774)	(8.930)	-	(13.207)	(13.207)
	(191)	(10.678)	(10.869)	-	(16.073)	(16.073)
<b>Encargos</b>						
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica	(36)	-	(36)	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	(180)	-	(180)	-	-	-
	(216)	-	(216)	-	-	-
<b>Receita líquida / ingresso líquido</b>						
	17.995	72.546	90.541	-	157.693	157.692
<b>Custos e despesas</b>						
Custo de implementação de infraestrutura	-	(52.235)	(52.235)	-	(134.208)	(134.208)
Custo de operação e manutenção	(1.551)	-	(1.551)	-	-	-
Pessoal e encargos	(1339)	(123)	(1.462)	(320)	-	(320)
Serviços de terceiros	(1.237)	-	(1.237)	(326)	-	(326)
Materiais	(347)	-	(347)	(175)	-	(175)
Arrendamento e aluguéis	(337)	-	(337)	(99)	-	(99)
Seguros	(308)	-	(308)	(100)	-	(100)
Tributos	(141)	34	(107)	(21)	-	(21)
Depreciação e amortização	(3.814)	3.814	-	-	-	-
Gastos diversos	(1.046)	142	(904)	(288)	-	(288)
	(10.120)	(48.368)	(58.488)	(1.329)	(134.208)	(135.537)
<b>Resultado da atividade</b>						
	7.875	24.178	32.053	(1.329)	23.484	22.155
<b>Resultado financeiro</b>						
Receitas financeiras	986	-	986	201	-	201
Despesas financeiras	(13.746)	-	(13.746)	(2.571)	-	(2.571)
	(12.760)	-	(12.760)	(2.370)	-	(2.370)
<b>Resultado antes dos impostos</b>						
	(4.885)	24.178	19.293	(3.699)	23.484	19.785
Tributos diferidos	3.785	(9.263)	(5.478)	1.416	(8.635)	(7.219)
<b>Resultado do exercício</b>						
	(1.100)	14.915	13.815	(2.283)	14.850	12.566

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **24. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

#### **24.1. Contratos de concessão**

O concessionário deve registrar e mensurar, para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras societárias, a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção.

##### **a) Ativo de concessão - contratual**

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **24. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação**

#### **24.1. Contratos de concessão--Continuação**

##### a) Ativo de concessão - contratual--Continuação

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

#### **24.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)**

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

#### **24.3. PIS COFINS diferidos**

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

### **25. Eventos subsequentes**

##### a) Troca de controle acionário

Em 01 de novembro de 2019, a Sterlite Brazil Participações. (controlador direto da Companhia) V2i Transmissão de Energia S.A. celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, pelo qual ficou avençada a alienação à V2i da totalidade da participação societária em Arcoverde, representativas de 100% de seu capital social ("Ações da Requerente").

## **Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### **25. Eventos subsequentes--Continuação**

a) Troca de controle acionário--Continuação

O processo administrativo na ANEEL foi iniciado perante à Agência em 17/11/2019, tendo sido formalmente aprovado pela mesma em 10/12/2019, com a publicação do Decreto nº 3.413/2019. Em 13 de março de 2020, se efetivou a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações da Sterlite Brazil Participações para V2i Transmissão de Energia S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

b) Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios. Adicionalmente, forma avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir:

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Atualmente, não há previsão de atraso nas construções que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas estimativas para recuperabilidade do imposto de renda diferido.

Na data dessas demonstrações contábeis não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e conseqüentemente resultar eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre suas estimativas ou sobre os negócios da Companhia.